

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.374.994 - MG (2018/0257102-0)**

**RELATOR : MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**AGRAVANTE : MARCIO JULIO LIMA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : HUGO MARTINS QUINTAO - MG093313N**  
**AGRAVADO : JÚLIO CESAR LIMA DOS SANTOS**  
**ADVOGADO : ROMULO QUEIROZ SILVA - MG107020N**

**EMENTA**

PROCESSO CIVIL. CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. AGRESSÕES FÍSICAS. RECURSO ESPECIAL. **INTERPOSTO NA VIGÊNCIA DO NCPC.** NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. AUSÊNCIA. DANO MORAL. VALOR. FIXAÇÃO EM PATAMAR RAZOÁVEL. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER EM PARTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO

**DECISÃO**

JÚLIO CESAR LIMA DOS SANTOS (JÚLIO) promoveu contra MÁRCIO JÚLIO LIMA DOS SANTOS (MÁRCIO), ação de indenização por danos morais em razão de agressões sofridas após discussão havida entre as partes.

O pedido foi julgado parcialmente procedente para condenar o réu MÁRCIO ao pagamento de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) a título de dano moral, bem como nas custas processuais e honorários advocatícios fixados em 20% sobre o valor da condenação (e-STJ, fls. 241/248).

Interposta apelação por JÚLIO, o Tribunal de origem deu-lhe provimento para majorar a indenização por danos morais para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), incidindo-se juros de mora a partir do evento danoso. O acórdão ficou assim ementado:

*APELAÇÃO CÍVEL. INDENIZAÇÃO. JUSTIÇA GRATUITA. IMPUGNAÇÃO. AUSÊNCIA DE PROVAS DA CONDIÇÃO ECONÔMICA DO RÉU. BENEFÍCIO MANTIDO. MÉRITO. AGRESSÕES FÍSICAS. ATO ILÍCITO. DANO MORAL COMPROVADO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. MAJORAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. 1) Não havendo comprovação de que o réu possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais, a manutenção do benefício da justiça gratuita é medida que se impõe. 2) De acordo com a corrente*

*majoritária contemporânea, a quantificação do dano moral se submete à equidade do magistrado, o qual arbitrará o valor da indenização com base em critérios razoavelmente objetivos, analisados caso a caso, tais como a gravidade do fato em si e suas consequências para a vítima, a culpabilidade do agente, a possível culpa concorrente do ofendido, a condição econômica do ofensor, as condições pessoais da vítima etc., devendo observar também os patamares adotados pelo Tribunal e pelo Superior Tribunal de Justiça. 3) Nos casos em que a indenização por danos morais tiver como fundamento ato ilícito, os juros de mora fluem desde o evento danoso (Súmula 54 do STJ) (e-STJ, fl. 303).*

Os embargos de declaração opostos por MÁRCIO foram rejeitados (e-STJ, fls. 324/331).

Inconformado, MÁRCIO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 489, § 1º, III e IV e 1.022, § único, II do NCPC e 944 do CC/02, alegando, em síntese (1) negativa de prestação jurisdicional por omissão e ausência de fundamentação do aresto recorrido; e; (2) que os danos morais foram fixados em valor exorbitante, não obedecendo aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade, devendo ser reduzido ao montante estabelecido na sentença de primeiro grau.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do Tribunal de origem inadmitiu o apelo nobre. Dessa decisão, foi interposto o presente agravo em recurso especial.

Sem contraminuta.

É o relatório.

DECIDO.

A irresignação não merece prosperar.

De plano, vale pontuar que os recursos ora em análise foram interpostos na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

**(1) Da alegação de negativa de prestação jurisdicional**

O recorrente MÁRCIO alega que o Tribunal local, apesar da oposição dos embargos de declaração, teria sido omissos quanto aos parâmetros utilizados para majoração do montante fixado a título de dano moral, sendo evidente a negativa da prestação jurisdicional e a falta de fundamentação.

Não merece prosperar o recurso neste ponto, porque os embargos declaratórios foram devidamente rejeitados pela inexistência de omissão, contradição e obscuridade, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando a controvérsia posta nos autos de forma segura e clara, ainda que em sentido contrário à pretensão de MÁRCIO, conforme se verifica dos seguintes trechos do acórdão impugnado:

*No caso em tela, é incontroverso o dano moral sofrido pelo autor apelante, em decorrência da conduta do réu apelado, pois sofreu graves agressões físicas, fls. 28129, as quais deixaram sequelas. Deve-se registrar, ainda, que a culpa do réu ficou devidamente comprovada, pelo que devem ser consideradas injustas as agressões.*

*Portanto, atento ao princípio da prudência e às peculiaridades do caso sub judice, já apontadas, ausente o critério objetivo de fixação da verba indenizatória por danos morais, e levando-se em conta outros julgamentos já proferidos por esta Câmara, inclusive, em processos que relatei, versando sobre a justa quantificação dos danos morais, hei por bem majorar a indenização para R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), quantia que não configura uma premiação, nem mesmo uma importância suficiente para concretizar a pretendida reparação civil (e-STJ, fl. 309).*

Assim, não há que se falar em ofensa aos arts. 489, § 1º, III e IV e 1.022, § único, II do NCPC.

**(2) Dano Moral - *Quantum* - art. 944 do CC/02**

A lei não fixa valores ou critérios para a quantificação do dano moral, que entretanto deve ter assento na regra do art. 944 do CC/02. Por isso, esta Corte tem se pronunciado reiteradamente no sentido de que o valor de reparação do dano moral deve ser arbitrado em montante que desestimule o ofensor a repetir a falta, sem constituir, de outro lado, enriquecimento indevido para a vítima.

Desta forma, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou-se no sentido de que os valores fixados a título de danos morais, porque arbitrados com fundamento no arcabouço fático-probatório carreado aos autos, só podem ser alterados em hipóteses excepcionais, quando constatada nítida ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, mostrando-se irrisória ou exorbitante.

A propósito, vejam-se os precedentes:

**AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL.  
RESPONSABILIDADE CIVIL. PUBLICAÇÃO DE MATÉRIA**

*JORNALÍSTICA. 1. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO DO DISPOSITIVO TIDO POR VIOLADO. INCIDÊNCIA DO ENUNCIADO N. 284 DA SÚMULA DO STF. 2. DANOS MORAIS. QUANTUM INDENIZATÓRIO. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE OBSERVADAS. IMPOSSIBILIDADE DE MAJORAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. 3. AGRAVO DESPROVIDO.*

*1. O recurso especial é reclamo de natureza vinculada e, para o seu cabimento é imprescindível que se demonstre de forma clara os dispositivos apontados como malferidos pela decisão recorrida, sob pena de inadmissão. Impositiva a incidência do entendimento jurisprudencial expresso no enunciado n. 284 da Súmula do STF.*

*2. A jurisprudência desta Corte é firme no sentido de que a redução ou majoração do quantum indenizatório é possível somente em hipóteses excepcionais, quando manifestamente irrisória ou exorbitante a indenização arbitrada, sob pena de incidência do óbice da Súmula n. 7 do STJ. Proporcionalidade e razoabilidade observadas no caso dos autos.*

*3. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no REsp 1655592/AM, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, julgado em 22/8/2017, DJe 4/9/2017)

*AGRAVO INTERNO NO AGRAVO (ART. 1.042 DO CPC/2015) - AÇÃO CONDENATÓRIA (INDENIZAÇÃO) - DECISÃO MONOCRÁTICA QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO - INSURGÊNCIA DA RÉ.*

*1. O óbice da Súmula nº 7 do STJ inviabiliza o pleito de revisão do quantum indenizatório arbitrado a título de danos morais, se este não se revelar irrisório ou exorbitante, como no presente caso.*

*2. Agravo interno desprovido.*

(AgInt no AREsp 996.785/DF, Rel. Ministro MARCO BUZZI, Quarta Turma, julgado em 17/8/2017, DJe 28/8/2017)

No caso concreto, o valor fixado pelo Tribunal de origem para a indenização por danos morais (R\$ 15.000,00 – quinze mil reais), não se mostra exorbitante a justificar a excepcional intervenção desta Corte no presente feito.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º do NCPC c/c art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/03/2016, DJe 18/03/2016), **CONHEÇO** do agravo para **CONHECER EM PARTE** do recurso especial e, nesta extensão, **NEGAR-LHE PROVIMENTO**.

Deixo de majorar os honorários advocatícios, pois já fixados no limite

legal.

Adverta-se que eventual recurso interposto contra esta decisão estará sujeito às normas do NCPC, inclusive no que tange ao cabimento de multa (arts. 1.021, § 4º e 1.026, § 2º).

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2019.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator

